



RESUMO EXPANDIDO SUBMETIDO AO XXVI ENID - 2024 - UFPB REFLEXÕES NA MONITORIA DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO I: A IMPORTÂNCIA DA JURISPRUDÊNCIA NO ENSINO JURÍDICO

José Felipe Mendonça da Costa;
Márcio Roberto de Freitas Evangelista

Programa de Monitoria

CCJ - Centro de Ciências Jurídicas Campus I - João Pessoa

INTRODUÇÃO

A monitoria da disciplina de Direito Processual do Trabalho I cumpre papel de grande relevância no desenvolvimento do ensino jurídico, sendo essencial para que os discentes compreendam o rito trabalhista, suas peculiaridades, similitudes e diferenças com o processo civil. Com isso, o estudante adquire, na graduação, o conhecimento técnico necessário para sua atuação prática, visto que facilita a compreensão de como funciona a dinâmica processual na esfera laboral.

Nessa senda, a monitoria é importante, visto que facilita o aprendizado dos assuntos explanados em sala de aula, já que um bom desempenho neste componente curricular demanda a compreensão das disposições legais. Assim, o projeto de monitoria funciona como um auxílio, tanto para discentes, como para o orientador, na medida em que estabelece uma ligação de apoio para a realização de atividades que contribuem para o melhor desenvolvimento dos assuntos estudados.

Nesse cenário, o ensino jurídico, em todos os ramos do direito, demanda a compreensão adequada da jurisprudência, de maneira que, ao longo do desenvolvimento da disciplina, foi estimulada a pesquisa jurisprudencial acerca dos temas trabalhados no componente curricular.

METODOLOGIA

Inicialmente, foi estabelecido o contato entre a turma e o monitor, para facilitar a interação e possibilitar a comunicação de avisos acerca do desenvolvimento do curso. Assim, o grupo de whatsapp e outras ferramentas digitais foram essenciais para o diálogo a respeito do prosseguimento das aulas e das atividades realizadas. Ademais, foram realizadas atividades em conjunto com o monitor, como o auxílio na explanação das aulas, na criação e correção de atividades, para solidificar o conhecimento acerca dos temas trabalhados.

Ademais, a dinâmica de elaboração de atividades e disponibilidade para tirar dúvidas foi norteadas pela busca do entendimento dos Tribunais Superiores e dos Tribunais Regionais do Trabalho acerca dos temas que foram trabalhados no curso. Tal objetivo foi evidenciado na elaboração dos materiais de apoio para estudo dos discentes, que envolviam disposições legais e jurisprudenciais acerca dos tópicos.

Com isso, para o aproveitamento integralizado da disciplina, os discentes precisaram ir além da mera pesquisa legislativa. Assim, também fizeram o exercício de pesquisa jurisprudencial, para realizar as atividades sugeridas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A jurisprudência parte da premissa do entendimento presente nas cortes acerca dos assuntos decididos nestes órgãos (Fachini, 2019). Assim, pensar o ensino jurídico com a utilização da pesquisa jurisprudencial dos temas explanados possibilita despertar o interesse do aluno, já que o entendimento dos tribunais configura parâmetro para a atuação jurídica de todos os sujeitos do processo e representa constantes inovações no ordenamento jurídico (Garcia, 2014) No âmbito laboral, a importância da jurisprudência ganha ainda mais destaque. Isso porque não são raras as dissonâncias entre os Poderes, em decorrência das diferentes interpretações e interesses políticos na atuação dos atores do campo do direito laboral.

Destarte, é frequente a modificação da legislação trabalhista no que tange às garantias asseguradas ao trabalhador. Essa situação é um exemplo do que provoca uma atuação mais presente do Poder Judiciário na interpretação da legislação (Salgado, 2011).

Nesse sentido, os discentes devem ser orientados a buscar o conhecimento acerca dos entendimentos das Cortes Superiores a respeito das matérias que serão recorrentes na sua prática forense. Isso porque, em um cenário adequado de segurança jurídica, é essencial que os próprios cidadãos e, principalmente, os advogados, tenham conhecimento acerca do caminho que um processo deverá tomar, bem como entender as melhores técnicas para defender o direito pleiteado (Bobsin, 2022).

Tendo isso em vista, as atividades elaboradas no decorrer do semestre foram cuidadosamente pensadas para praticar a pesquisa e o estudo da jurisprudência. Sendo assim, os trabalhos, exames avaliativos e tarefas extras foram construídas de maneira que se exigisse não apenas o conhecimento dos diplomas legais, mas, também, o que vem sendo decidido pelos tribunais com relação às temáticas desenvolvidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de atividades possibilitadas no projeto de monitoria da disciplina de Direito Processual do Trabalho I resultou em uma experiência proveitosa para todos os envolvidos. Nesse sentido, a experiência da docência, ainda que durante a graduação, permitiu ao monitor ter uma visão mais ampliada, inclusiva e inovadora do ensino jurídico. Deste modo, os docentes do componente curricular também obtiveram uma rica experiência. Isso porque puderam, já durante a graduação, ter o despertar para a importância da pesquisa da jurisprudência na prática forense, compreendendo a importância de estudar e analisar a forma como as Cortes compreendem as temáticas jurídicas, a fim de exercitar o seu futuro ofício da forma mais eficiente possível.

Ademais, foi possível ter um conhecimento denso e substancial do rito processual trabalhista, na medida em que a disciplina apresentou pontos de grande relevância para a adequada atuação dos sujeitos processuais.

REFERÊNCIAS

SALGADO, Gisele Mascarelli. A jurisprudência no Direito do Trabalho: uma discussão sobre o crescimento da importância da jurisprudência consolidada como fonte de direito. Âmbito jurídico, 2011.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Papel da jurisprudência precisa de mais debate científico. Consultor Jurídico, 2014.

FACHINI, Tiago. Jurisprudência: o que é, como usar e qual sua importância na advocacia. Projuris, 2019.

BOBSIN, Arthur. O que é jurisprudência? Aurum, 2022.